



ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE BOLSONARO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU EM 2020

BOLSONARO'S SPEECH STRATEGIES AT THE UN GENERAL ASSEMBLY IN 2020

Maria Paula Heck de JESUS¹

Antonio Teixeira de BARROS²

¹ Bacharel em Relações Internacionais e Ciência Política pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). Participante da equipe organizadora da Simulação de Processo Legislativo – Politikos UDF e do grupo de pesquisa em Teoria Política, Teoria do Direito e Políticas Públicas Sociais do UDF. Aluna especial no Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1245-5566>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3595655399541760>; E-mail: paula.mariahj@hotmail.com

² Doutor em Sociologia pela UnB. Docente e pesquisador do Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Parlamento e Sociedade”. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3061-8202>. <http://lattes.cnpq.br/9954464327884265>; E-mail: antonibarros@gmail.com





RESUMO

O artigo analisa as estratégias discursivas do Presidente Jair Bolsonaro em seu pronunciamento na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 2020 sobre a crise causada pela pandemia da Covid-19. Utilizando-se principalmente do referencial teórico-metodológico da análise de discurso formulada por Patrick Charaudeau, conclui-se que houve predomínio da forma discursiva denominada pelo autor do “mentir verdadeiro”. Tal procedimento, considerado recorrente nas diversas modalidades do discurso político, assume vários modos de expressão: (a) imprecisão; (b) silêncio; (c) razão suprema e (d) denegação. A análise mostra que os recursos retóricos mais utilizados pelo Presidente foram o silêncio e a imprecisão.

PALAVRAS-CHAVE

discurso político; estratégias discursivas; discurso presidencial na ONU; formas do mentir verdadeiro no discurso político.

ABSTRACT

The article analyzes President Jair Bolsonaro’s discursive strategies in his speech at the opening of the United Nations (UN) General Assembly in 2020 on the crisis caused by the Covid-19 pandemic. Mainly using the theoretical-methodological framework of discourse analysis formulated by Patrick Charaudeau. It is concluded that there was a predominance of the discursive form called by the author of “true lying”. Such a procedure, considered recurrent in the various modalities of political discourse, assumes several modes of expression: (a) imprecision; (b) silence; (c) supreme reason



and (d) denial. The analysis shows that the rhetorical resources most used by the President were silence and imprecision.

KEYWORDS

political discourse; discursive strategies; presidential speech at the UN; forms of true lying in political discourse.

1. INTRODUÇÃO

Este tem como objetivo analisar as estratégias discursivas empregadas no discurso do presidente da República, Jair Bolsonaro, na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 2020, a partir do marco conceitual desenvolvido por Patrick Charaudeau (2017). Trata-se da 75^a Assembleia Geral da ONU), na qual o Presidente abordou tópicos relacionados ao gerenciamento da crise decorrente da Covid-19, investimentos externos, o agronegócio brasileiro; e as políticas ambientais. Aqui nos concentraremos na parte do pronunciamento sobre a crise causada pela Covid-19, devido à falta de espaço para abordar os demais temas.

O discurso do presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura dos debates da 75^a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada no dia 22 de setembro de 2020, foi obtido na sua versão integral (Anexo 1) no site da Agência Brasil (2020). Considerando a exposição de Charaudeau (2017) de que o contexto é fundamental para a compreensão e a análise de qualquer discurso político, optou-se por abordar primeiramente o contexto no qual o discurso político se encontra inserido, ou seja, a cena que se demonstra similar para todos os agentes, para então prosseguir com a observação das



estratégias (jogo pessoal) empregadas pelo enunciador no seu discurso (CHARAUDEAU, 2017, p. 51).

Tendo em vista que este trabalho buscou analisar as estratégias retóricas empregadas no discurso do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU, buscou-se a apresentação das restrições estruturais da situação de comunicação, na Assembleia Geral da ONU, para depois analisar, a partir do marco conceitual desenvolvido por Patrick Charaudeau (2017), o panorama no qual o discurso enunciado pelo presidente da República se encontra inserido e das estratégias utilizadas. Considerando a predominância das formas denominadas pelo de “mentir verdadeiro”, convém salientar os seguintes aspectos implicados em tal estratégia discursiva.

Convém primeiramente explicar o que Charaudeau (2017) denomina de “mentir verdadeiro”, ou seja, uma fala em que o próprio enunciador sabe que diz o contrário do pensa ou conhece, pela conveniência da situação ou para assegurar seu *status*. Trata-se de uma forma de dizer o contrário do que as coisas realmente são, pois todo político sabe que é impossível falar o que realmente é, o que leva a discursos artificiais, porém pronunciados como se efetivamente fossem verdadeiros. A aparência de verdade efetiva é inerente ao “mentir verdadeiro”. São as seguintes as formas do “mentir verdadeiro”

- a) estratégia da imprecisão – consiste em usar de artifícios de fuga do tema, de méis-verdades, declarações genéricas, ambíguas, parciais e com informações imprecisas com a intenção de fugir do assunto ou evitar acusações ou denúncias dos adversários
- b) estratégia do silêncio estratégia e omissão – tem como objetivo fugir do “fogo cruzado” das críticas e acusações, sob a célebre



- tática do “nada a declarar” ou “ainda vou me inteirar do assunto”, “estamos avaliando a questão”, etc.;
- c) estratégia da razão suprema – consiste nas desculpas atribuídas às razões de “força maior”;
 - d) estratégia da denegação – o objetivo aqui é negar acusações a fim de evitar eventuais judiciais, sob a alegação de que “nunca soube disso”, “nunca tive conhecimento desses fatos”, etc.

Como argumenta Hannah Arendt (2016 [1958]), os discursos políticos são essencialmente instituidores de regimes de verdade, cuja base é a opinião (*doxa*). Tais regimes operam com a verdade hermenêutica, ou seja, baseada na interpretação dos fatos a partir do ponto de vista e da perspectiva pessoal ou institucional dos atores políticos. O objetivo desse tipo de juízo político é estabelecer, manter ou reforçar os vínculos eleitorais ou o contrato ideológico com seus interlocutores diretos, como eleitores, apoiadores, partidários e simpatizantes.

Diante dos cenários de pluralidade ideológica no campo político, multiplicam-se as verdades hermenêuticas, levando representantes e representados a contínuas disputas em torno desses regimes de verdade. Em tese, segundo a autora, a pluralidade é inerente à condição humana e, portanto, também é inerente à política. O exercício de compreensão das várias perspectivas ideológicas e suas respectivas formas de argumentar e suas interpretações sobre os fatos políticos seria um exercício muito salutar para a democracia. A questão crucial apontada pela autora é que a simplificação dos discursos ou a escolha de uma única trilha de interpretação conduz ao pensamento único, ao autoritarismo. As disputas políticas intensificam o





reducionismo e a simplificação, prejudicando os fundamentos do pluralismo republicano e os valores democráticos, que são ancorados essencialmente no pluralismo e na diversidade de opiniões, argumentos, propostas e projetos políticos.

Isso posto, a análise iniciou com a caracterização do enunciador do discurso, pela exposição do *ethos* presidencial pré-construído, para então adentrar na contextualização e na identificação das estratégias do “mentir verdadeiro” adotadas pelo presidente, por meio da exposição das intertextualidades contidas no discurso.

2. SOBRE O DISCURSO POLÍTICO

Conforme Charaudeau (2017) o discurso político é multifacetado, complexo e compreende diferentes formas de expressão, sendo as mais comuns as formas conservadoras, progressistas, liberais, democráticas e totalitárias. Além de apontar a pluralidade de manifestações de enunciação na política, o autor entende que existem algumas condições gerais que podem favorecer os silenciamentos, emergências, convergências e oposições entre as diferentes modalidades dos discursos políticos. São as chamadas condições sociais de produção dos discursos políticos, um tema largamente estudado por diversos autores, além de Charaudeau (FOUCAULT, 2010 [1970]; 2012 [1969]; 2015 [1977]; PECHEUX, 2008; FANTINATI, 1990; MAINGENEAU, 2008; ORLANDI, 2007) .

De modo geral, esses autores compreendem as condições sociais de produção como as situações que permitem a emergência e a circulação de determinadas ideias e argumentos, com ampla aceitação e adesão social. Às mencionadas condições associam-se estratégias gerais e específicas,



que dependem do perfil do enunciador, da situação de comunicação, dos interlocutores e dos públicos que se almeja atingir. Além disso, uma mesma estratégia pode ser acionada de forma diferenciada, a depender da posição social do sujeito, do cargo político exercido e do propósito de ação discursiva. Logo, entende-se que os jogos discursivos operam com lógicas que são flexíveis, em razão das relações dinâmicas implicadas nos usos da linguagem, e nos regimes de verdade, de ação política e de poder (FOUCAULT, 2015 [1977]).

A teoria de Charaudeau (2017) sobre o discurso político aponta as principais instâncias de manifestação das enunciações: a instância política em si e o lugar da governança; a instância adversária; a instância midiática; e a instância cidadã ou da opinião pública. A primeira é representada pelos atores políticos eleitos, que exercem a governança e representação majoritária, mediante a conquista do voto ou a nomeação para cargos públicos. A segunda também está associada à governança e à representação popular, mas é exercida pela oposição à primeira, com o apoio de movimentos sociais opositores e demais formas de contestação das práticas e discursos produzidos no lugar da governança. A terceira é formada pelos meios de comunicação e pelas expressões de apoio ou oposição nas mídias sociais.

Essas diferentes instâncias atuam segundo lógicas de reciprocidades positivas e negativas, ou seja, (re)produzindo e reforçando posições dos aliados e desconstruindo, combatendo e desqualificando os adversários. Trata-se de um fenômeno denominado interplay discursivo, que consiste em permanentes jogos retóricos pautados por polarizações e lutas e disputas discursivas de um lado ou de cooperação simbólica, solidariedade política e reforço de argumentos, de outro lado (BARROS; LEMOS, 2018; BARROS; BARBOSA, 2020). O principal palco no qual são encenados



esses jogos retóricos está na instância midiática. Para esses autores, o *interplay discursivo* no espaço midiático

consiste em jogos discursivos entre os atores políticos, jornalistas, fontes de informação e especialistas. O pressuposto básico inerente a esse conceito é o de que as mídias não atuam isoladamente, mas de forma dinâmica em relação aos demais atores, ora em cooperação, ora em competição, de acordo com os enquadramentos priorizados e o contexto (...) Os políticos e demais atores também usam as mídias estrategicamente para dar visibilidade a suas posições no debate público, da mesma forma que os meios de comunicação usam a agenda política para se afirmarem perante seus públicos. Em suma, a noção de *interplay* acentua a dimensão relacional, ou seja, de inter-relações e reciprocidades, em um jogo dinâmico em que todos participam, com maior ou menor intensidade, seja em regime de cooperação ou de antagonismo (BARROS; LEMOS, 2018, p.293).

Sob o prisma das múltiplas relações de poder implicadas nesses jogos discursivos e no *interplay* retórico entre as diferentes instâncias acima mencionadas, destaca-se o uso recorrente de táticas ancoradas em maniqueísmos, que são empregadas repetidamente tanto para construir oposições e polarizações de narrativas, quanto para tentar impulsionar nas várias esferas da instância midiática a imposição de julgamentos morais de cunho moralista e dualista, numa espécie de cruzada simbólica entre o “bem” e o “mal” (BEVERNAGE, 2015; CELIKATES, 2015). Nessas lutas simbólicas, representadas pelas guerras de narrativas é crucial o apelo à dimensão emocional, com destaque para afetos como o medo e o pânico social (COSSARINI, 2016; VOIGT; MONSMA, 2020).

Patrik Charaudeau (2017, p.79) compreende a política como um “domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e gestão de um poder”. Esse poder é fundado em uma legitimidade,



adquirida e atribuída que, todavia, exige a sua complementação por uma atividade discursiva de persuasão. Assim, evidencia o “duplo papel de representante e fiador do bem-estar social”, que a instância política possui por meio do estabelecimento de um consenso prescrito por valores partilhados (CHARAUDEAU, 2015, p. 79).

Nesse sentido, o discurso político ao se originar de um lugar de governança, na instância política, possui como finalidade a busca contínua pela sustentação da legitimidade e credibilidade dos atores políticos, para que esse possa garantir a manutenção do seu “poder de fazer” e seu “poder de pensar”³. Os atores políticos, no exercício do poder, recorrem para tanto a algumas táticas que se complementam e se reforçam mutuamente, tais como: a justificativa de suas ações ou decisões para a manutenção de sua credibilidade; a crítica aos seus adversários para o reforço de suas posições; a conclamação de um consenso social em prol da obtenção de apoio dos cidadãos; e a proposição de programas políticos durante os pleitos eleitorais (CHARAUDEAU, 2017, p. 56).

O político, inserido no lugar de governança, encontra-se em uma dupla posição, devendo convencer a todos do mérito de seu projeto político, inscrevendo esse em uma ordem social fundada historicamente, enquanto necessita persuadir o maior número possível de cidadãos a aderirem aos seus valores, participando da dimensão estratégica da prática política (CHARAUDEAU, 2017, p. 79). Nessas condições, o político, que ocupa uma disposição intermediária entre um mito lírico de uma entidade social

³ Segundo Charaudeau (2017, pág. 68), a legitimidade coloca o sujeito em uma posição na qual lhe é permitido obter dos outros um comportamento, fazer (poder de fazer), ou concepções, fazer pensar e fazer dizer (poder de pensar).

suprema (voz de um deus social) e o povo, terá que aderir “à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções”, mediante a mobilização do *ethos* (imagem do orador), do *logos* (lógica argumentativa) e do *pathos* (julgamentos afetivos), conforme explica Charaudeau (2017, p. 80).

Não existindo uma clara separação entre a lógica argumentativa, dominada pela razão, e os julgamentos afetivos, orientados pelas paixões, as estratégias discursivas efetivamente empregadas pelos atores políticos dependem dos objetivos que esses desejam alcançar. Tais objetivos são pautados pela defesa dos aliados e o ataque e desqualificação dos adversários (CHARAUDEAU, 2017). Tudo isso depende de como o *ethos*, o *pathos* e o *logos* são aplicados em suas manifestações discursivas.

Adaptando-se, portanto, aos diversos contextos de comunicação, o discurso político deverá ser ajustado de acordo com o dispositivo de interação, fiador do contrato de comunicação. Isso porque tal contrato “garante uma parte da significação do discurso político ao fazer com que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado”. Tal interpretação tende a se ajustar ao receptor da enunciação e ao tipo de público ao qual o discurso político se destina (CHARAUDEAU, 2017, p. 54).

Os destinatários do discurso são difusos e podem se localizar nas várias instâncias do discurso político: a instância política em si, a instância midiática, a cidadã ou a adversária.

As estratégias utilizadas buscam alcançar objetivos múltiplos, tais como: a construção de um *ethos* para fins de credibilidade dos agentes políticos; a sedução do público, por meio da dramatização do ato da palavra (*pathos*); e a



persuasão, por meio do *logos*, ou seja, a apresentação de argumentos lógicos para fins de fundamentação do projeto político” (CHARAUDEAU, 2017, p. 84).

As condições argumentativas em sua modalidade persuasiva, contidas no discurso político (*logos*), almejam a exposição ou elucidação da “verdade”, por meio do desenvolvimento de um raciocínio lógico demonstrativo ou explicativo. Tal “verdade” é reforçada pela disposição de argumentos e raciocínios causais, destinados a atribuírem um caráter de veracidade àquilo que se crê como sendo o verdadeiro e àquilo que se deseja ser aceito como tal pelos demais. Desse modo, a persuasão política transita permanentemente entre a demarcação tênue do “mentir verdadeiro” e da dissimulação (CHARAUDEAU, 2017).

O “mentir verdadeiro” se inscreve em meio a uma relação entre locutor e interlocutor. Trata-se de um ato de linguagem o qual não possui existência em si própria, mas senão em função da aposta sobre o universo de pensamento do interlocutor. Encontra-se essencialmente presente na estratégia discursiva do jogo político que marcado pela subjetividade e pela ausência de uma essência constante e imutável, faz uso constante das máscaras, no que é dito e no que não é dito, para persuasão do interlocutor com base nos imaginários de verdade coletivos (CHARAUDEAU, 2017).

Justificando tal visão, Schumpeter (1961) explica que essa ordem discursiva tende a se ancorar na concepção de “bem comum” ou “vontade comum”. Entretanto, o autor argumenta que nem sempre essa ordem discursiva encontra correspondência empírica devido à impossibilidade da soma das vontades individuais em um agregado de “vontades coletivas”. Dessa foram, essa suposta vontade geral nem sempre é verdadeiramente representativa. Além disso, questiona-se a própria qualidade racional da opinião pública, que de acordo com o autor, deve se aproximar mais de um conjunto indeterminado



de impulsos vagos do que uma reflexão crítica elaborada independentemente da pressão de lideranças políticas (SCHUMPETER, 1961)

Conseqüentemente, o “mentir verdadeiro” pode ser constatado na cena pública por intermédio de diversas estratégias discursivas. Entre elas destacam-se: a estratégia da imprecisão, com declarações ambíguas ou sutis; a estratégia do silêncio, com a ausência de declarações; a estratégia da razão suprema, pela justificativa da mentira por meio da “razão de Estado”; e a estratégia da denegação, com a negação da responsabilidade, que pode complementar a tergiversação, que joga com a impossibilidade de que sejam obtidas provas da transgressão (CHARAUDEAU, 2017).

3. SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO: ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) é um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, que possui como função a aprovação do orçamento da Organização; a eleição dos membros rotativos do Conselho de Segurança; a nomeação do Secretário-Geral (por recomendação do Conselho de Segurança); o debate de questões relacionadas à paz ou a segurança internacional; a emissão de recomendações sobre princípios gerais de cooperação; a análise dos relatórios do Conselho de Segurança e de outros órgãos da ONU e a solicitação de estudos para promover a cooperação política internacional (UNITED NATIONS, 2020).

O Brasil, como um dos membros fundadores, é historicamente o primeiro país a discursar na abertura dos debates da Assembleia Geral, a qual se reúne todos os anos de setembro a dezembro e, posteriormente, de janeiro a setembro, caso necessário, para analisar relatórios ou considerar



questões atuais de importância crítica para a comunidade internacional (UNITED NATIONS, 2020).

Por conseguinte, a AGNU ocupa uma posição central na negociação e codificação do direito internacional, além de ser um fórum indispensável de discussões multilaterais de um amplo espectro de questões, uma vez que é o único órgão do sistema da ONU no qual todos os países se encontram igualmente representados (UNITED NATIONS, 2020).

A abertura da 75^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas foi realizada na terça-feira, 15 de setembro, imediatamente após o encerramento da 64^a. sessão na sede da entidade em Nova Iorque. Devido à pandemia do Coronavírus (Covid-19) a sessão foi realizada majoritariamente no ambiente virtual, contando com a presença física de um número de delegações significativamente menor que na abertura das sessões anteriores (NAÇÕES UNIDAS, 2020; AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Nessa conjuntura, o debate geral foi iniciado na terça-feira, dia 22 de setembro, com o discurso de abertura, *online*, do presidente Jair Bolsonaro, que possuindo uma duração de quase 15 minutos teve que ser reiniciado após alguns segundos em razão de uma falha técnica. Os discursos no ano de 2020 foram realizados por meio do envio de vídeos pré-gravados exibidos no salão da AGNU, apesar da disponibilização, caso assim desejado, da opção pela realização presencial do discurso (NAÇÕES UNIDAS, 2020; AGÊNCIA BRASIL, 2020).

4. ENUNCIADOR DO DISCURSO: PRESIDENTE JAIR BOLSONARO

Eleito por meio de uma campanha a qual prometia uma via alternativa à “Velha Política do Troca-Troca”, o presidente Jair Bolsonaro tem caracterizado





a sua gestão pela defesa de um projeto político alinhado à direita e à extrema-direita, de cunho neoliberal; neoconservador e fundado no desenvolvimento do agronegócio. Além disso, aderiu a um discurso religioso de defesa dos valores tradicionais, da família heteronormativa da e propriedade privada. Ademais, demonstra um antagonismo ferrenho às pautas progressistas considerados por ele como sendo “de esquerda”, (LIMA; LIMA, 2020).

A construção do *ethos* político de Bolsonaro tem sido recebido pelos seus partidários, apoiadores e simpatizantes como um suposto *ethos* de seriedade e virtude (ligados ao *ethos* de credibilidade). Segundo Solano (2018), as parcelas da sociedade que se enquadram nesses segmentos tendem a considerar o presidente como sendo autêntico; antissistema e íntegro. Assim, sua imagem pessoal permanece aparentemente inabalada apesar dos escândalos dos “Laranjas do PSL” e das “rachadinhas” no gabinete do senador Flavio Bolsonaro. Tal cenário evidencia a capacidade de penetração e capilaridade de sua retórica e estratégias discursivas. Ressalta-se, ainda, que a conservação destes *ethos*, no imaginário dos “bolsonaristas” mais convictos, se alinha as considerações de Charaudeau (2017, p. 119) de que a credibilidade não se encontra ligada à identidade social do sujeito, mas sim resulta da “construção discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito”.

Desse modo, o “bolsonarismo”, oriundo de um contexto de crescente desconfiança das instituições e do sistema político, apresenta-se como um fenômeno dependente da defesa de um sistema específico de valores orientado por um maniqueísmo que divide por meio de uma lógica binária e simplista o “cidadão de bem”, abandonado pelo Estado, e o criminoso, “superprotegido” pelo Estado (SOLANO, 2018). É retórica dos “Direitos humanos para humanos



direitos” - que enfatiza uma suposta criminalização dos policiais e um forte apego aos valores familiares conservadores e de combate ao rótulo pejorativo construído pela direita, denominado “ideologia de gênero” (SOLANO, 2018). Os posicionamentos ideológicos defendidos pelo presidente da República derivam de um sistema de valores ancorado em raízes sociais e imaginários de verdade já consolidados nas parcelas mais conservadoras da sociedade brasileira. Assim, ao serem empregados na atividade discursiva de persuasão do Presidente, necessitam ser constantemente recorridos para sustentação e manutenção do “poder de fazer” e do “poder de pensar” do ator político em questão (SOLANO, 2018; CHARAUDEAU, 2017).

5. ANÁLISE DO DISCURSO

O Presidente iniciou seu pronunciamento destacando o gerenciamento da crise decorrente do Coronavírus no Brasil. Os fragmentos foram analisados segundo as estratégias do “mentir verdadeiro” descritas por Charaudeau (2015), conjuntamente com uma breve exposição do cenário no qual os enunciados estão inseridos.

Desde o princípio, alertei, em meu país, que tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade. (BRASIL, 2020)

Se utilizando da estratégia da imprecisão e do silêncio, parte do enunciado dito pelo presidente encontra correspondência na “realidade”, uma vez que Bolsonaro emitiu declarações “desde o começo”, averiguáveis a partir do dia 15 de março, de que a pandemia traria ao Brasil dois problemas, um de saúde pública e outro de ordem econômica (RIBEIRO,



ET AL, 2020). Entretanto, o presidente, apesar de reconhecer a dupla dimensão da pandemia, não tratou as duas questões com o mesmo peso, conferindo um nível de importância tangivelmente maior às repercussões econômicas do que as possíveis perdas humanas decorrentes da crise de saúde pública ocasionada pela Covid-19.

Em diversas declarações públicas, Bolsonaro minimizou a doença e o elevado número de mortes, chamando a Covid-19 de “gripezinha”; classificando algumas medidas implementadas pelos governadores e prefeitos de “histeria” e respondendo quando questionado sobre o número de mortes: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre” e “não sou coveiro”, além comparecer a manifestações e eventos, com aglomerações, sem o uso de equipamentos de proteção (RIBEIRO, ET AL, 2020). Ao mencionar o assunto, isentou-se de quaisquer responsabilidades:

Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o país. (BRASIL, 2020)

Fazendo uso intencional da estratégia da imprecisão, ao omitir que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) não exime a responsabilidade ou limitou a capacidade da implementação de medidas de enfrentamento a crise da Covid-19 pelo Governo Federal. Ao contrário do que afirmou Bolsonaro, a decisão do STF reforçou o compartilhamento do dever de combate à pandemia entre os entes federados e a União ((RIBEIRO, ET AL, 2020). Apesar disso, o pronunciamento do Presidente assume outra perspectiva, uma típica manifestação do “mentir verdadeiro”:



Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior: concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente US\$ 1 mil para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;

- Destinou mais de US\$ 100 bilhões para ações de saúde, socorro a pequenas e microempresas, assim como compensou a perda de arrecadação dos estados e municípios;” (BRASIL, 2020).

Recorrendo novamente à estratégia da imprecisão e do silêncio, Bolsonaro superestimou o número de pessoas beneficiadas pelo auxílio emergencial. Todavia, Bolsonaro omite a participação decisiva do Congresso Nacional na criação e aprovação do auxílio emergencial, exagera o valor do benefício pago e exagera também quanto aos valores destinados a ações de saúde e ao socorro de pequenas e microempresas.

Apesar de a iniciativa do programa ter partido do Governo Federal, o valor inicialmente proposto era de 200 reais, o qual foi triplicado somente após a insistência dos parlamentares e da votação na Câmara dos Deputados (AFP BRASIL, 2020; LUPION, 2020). A ênfase na retórica presidencial foi excessivamente otimista, com a supervalorização dos efeitos sociais:

- Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à Covid;

- Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença; Destinou US\$ 400 milhões para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

- Não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes de Covid.

- A pandemia deixa a grande lição de que não podemos depender apenas de umas poucas nações para produção de insumos e meios

essenciais para nossa sobrevivência. Somente o insumo da produção de hidroxiclороquina sofreu um reajuste de 500% no início da pandemia. (BRASIL, 2020)

Valendo-se da estratégia de imprecisão; do silêncio e da denegação, o chefe do Poder Executivo superestimou a destinação de US\$ 400 milhões para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil e o aumento de 500% no valor do insumo do difosfato de cloroquina, usado na fabricação da cloroquina, embora não houvesse comprovação científica sobre a eficácia de tal medicamento no tratamento contra a o coronavírus (AFP BRASIL, 2020; lupion, 2020).

Além disso, Bolsonaro omite que apesar de liberar 250 mil cestas básicas, de acordo com uma publicação do dia 3 de julho, e o total 68 mil de “kits” de higiene e limpeza, o presidente vetou medidas de proteção a povos indígenas, que instituíam a obrigação do Estado em garantir acesso à água potável; distribuição de alimentos e materiais de higiene, na lei nº 14.021 (RIBEIRO ET AL., 2020; AFP BRSIL, 2020). Ao afirmar que “não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes de Covid”, o governo também nega os relatos de falta de medicamentos, respiradores, leitos de UTI e equipamentos de proteção no país durante a pandemia. (AFP BRASIL, 2020).

Nesse segmento, a alegação do reajuste de 500% no insumo da produção de hidroxiclороquina no início da pandemia se demonstra infundada, dado que a despeito do aumento de 500% no valor do insumo difosfato de cloroquina, usado na fabricação da cloroquina, não se encontra informação similar disponível sobre um aumento análogo no valor do sulfato de hidroxiclороquina, insumo usado na produção da hidroxiclороquina (AFP BRASIL, 2020; lupion, 2020).



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando analisar as estratégias discursivas do caso em tela, observamos o predomínio do “mentir verdadeiro”, conforme caracterizada por Charaudeau (2017). Todas as modalidades de tal estratégia foram identificadas: (i) imprecisão; (ii) silêncio; (iii) razão suprema e (iv) denegação, especialmente no que tange ao gerenciamento do cenário de crise decorrente da Covid-19 no Brasil.

Bolsonaro se utilizou da estratégia da imprecisão e do silêncio no primeiro fragmento, quando apesar de reconhecer a dupla dimensão da pandemia omitiu a diferença de peso que atribuiu às repercussões econômicas e às perdas humanas ocasionadas pela crise de saúde pública. Além disso, silenciou sobre as diversas declarações públicas que fez minimizando a doença e as mortes.

No segundo fragmento, o presidente usou a estratégia da imprecisão ao emitir uma declaração ambígua sobre a responsabilidade a ele conferida a partir da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O Tribunal determinou o respeito e a autonomia dos estados e municípios no estabelecimento de medidas de combate e prevenção à pandemia, mas não eximiu ou limitou a responsabilidade e a capacidade da implementação de medidas de enfrentamento a crise da Covid-19 por parte do Governo Federal. A decisão do STF foi baseada no chamado princípio da concorrência de competência entre a União e os entes estaduais e municipais.

No terceiro fragmento, novamente se constatou o emprego da imprecisão e do silêncio, quando Bolsonaro omite a participação decisiva do Congresso Nacional na criação e aprovação do auxílio emergencial. Ademais, exagera o valor do benefício pago e superestima os valores destinados a ações de Saúde e ao socorro de pequenas e microempresas.



É oportuno mencionar que os silenciamentos também são operadores de sentidos, na forma de significados passivos e negativos, ou seja, significados censurados. Portanto, o ato de silenciar não pode ser entendido apenas como lapsos ou acidentes de linguagem. Assim, os silêncios também são produtores de significados e fundantes de sentidos que se deseja omitir, apagar ou esquecer. Trata-se de algo que se intenta impor como não-sentido ou como negação de sentidos em circulação na sociedade (ORLANDI, 2007).

Assim, o enunciador, ao optar pelas táticas de silenciamentos reconhece que se trata de “palavras cheias de sentidos a não-dizer”, uma forma eficaz de suspensão de sentidos que se deseja interditar ou omitir (ORLANDI, 2007, p.14). Além disso, os silenciamentos são apontados como uma estratégia para cobrir com o “véu da ilusão” os sentidos indesejados. Sob tal véu, os sentidos ficam escondidos na forma de falácias, “elementos linguísticos que indicam uma reconstrução ou uma correção de um passado ‘errado’ e que deve ser apagado da história” (COUTO, 2019, p.133)

No último fragmento o chefe do Poder Executivo valeu-se da estratégia de imprecisão; do silêncio e da denegação. Isso fica evidenciado quando omitiu o veto presidencial à Lei nº 14.021, que estabelece medidas de proteção a povos indígenas, nega os relatos de falta de medicamentos; respiradores; leitos de UTI e equipamentos de proteção no país durante a pandemia. Afirma ainda, infundadamente, que houve reajuste de 500% no insumo da produção de hidroxicloroquina no início da pandemia.

As formas de imprecisão são entendidas com táticas intencionais de “falseamento da realidade” (LUIZ, 2020). Trata-se de um arranjo retórico comumente usado nos discursos políticos, com a finalidade de construir uma narrativa enviesada, porém positiva ao enquadramento que se pretende



privilegiar. Constitui ainda uma forma de parcialidade, usada com propósitos ideológicos para imprimir uma visão favorável à atuação de governantes, com o nítido intuito de produzir efeitos simbólicos favoráveis à sua autoridade, reforçando sua imagem positiva e seu ethos de credibilidade.

Por fim, convém mencionar que o tom do pronunciamento de Bolsonaro na AGNU foi meticulosamente planejado como uma fala estratégica para tentar causar boa impressão perante a comunidade internacional. Alguns estudos sobre pronunciamentos presidenciais na abertura da AGNU, ao longo do tempo, se diferenciam de forma muito expressiva dos discursos voltados para a população brasileira (BARROS, 2001; 2007; 2017).

O imperativo da linguagem diplomática leva a uma modalização discursiva menos inflamada quando se trata da retórica dirigida à comunidade internacional. Isso se explica basicamente porque as manifestações voltadas para o público brasileiro geralmente são contaminadas pelos interesses e disputadas eleitorais, enquanto um pronunciamento na AGNU tem como foco a construção de um *ethos* de chefe de Estado perante os demais mandatários internacionais (AMOSSY, 2005). Em razão do ambiente diplomático, o Presidente privilegiou a instância política e o lugar da governança, além de evitar as controvérsias típicas com a instância adversária e a instância midiática (CHARAUDEAU, 2017).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na 75^a. Assembleia Geral da ONU.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu> Acesso em: 3 fev. 2021.



AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ARENDT, H. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

BARROS, A. T. Visões do paraíso: o discurso oficial brasileiro sobre meio ambiente. **Latinoamerica**: Revista de Estudios Latinoamericanos, v. 44, p. 129-156, 2007.

BARROS, A. T.. A produção do consenso no discurso oficial sobre ecologia no Brasil. **Revista UNIFIEO**, Osasco, v. 2, n.4, p. 24-39, 2001.

BARROS, A. T. Brazil's Discourse on the Environment in the International Arena, 1972-1992. **Contexto internacional**, v. 39, p. 421-442, 2017.

BARROS, A. T.; LEMOS, C. R. F. Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 291-27, 2018.

_____; BARBOSA, Stone Bruno C. **Respostas dos representantes políticos aos protestos de 2013: análise do discurso dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados**. Sociedade e Cultura, v. 23, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/sec.v23i.51092>>. Acesso em: 19/11/2020

BEVERNAGE, B. The past is evil/evil is past: on retrospective politics, philosophy of history, and temporal manichaeism. **History and Theory**, v. 54, n. 3, p. 333-52, 2015.

BISPO, K. S. *et al.* **Marcas político-ideológicas na fala da presidente Dilma Rousseff na Assembléia Geral da ONU/2011**: o funcionamento do discurso sobre a mulher. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras). – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.



BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso na abertura dos debates na Assembleia Geral das Nações Unidas**. Brasília, 22, setembro. 2020. 22 f. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 19 nov. 2020.

CANABARRO, D. R. Onde foi parar a Internet nos discursos do Brasil na Assembleia Geral da ONU em 2015 e 2016? **Conjuntura Austral**, v. 8, n. 42, p. 4-11, 2017.

CELIKATES, R. Against Manichaeism: the politics of forms of life and the possibilities of critique. **Raisons politiques**, v.1, n.57, p.81-96, 2015.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2017.

COSSARINI, P. **Emotions, protests, and populism: discursive struggle and democratic implications of recent anti-austerity movements**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidad Autónoma de Madrid, Madrid.

FANTINATI, C. E. **Sobre o discurso político**. **Alfa**, n.34, p.1-10, 1990.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1969].

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010 [1970].

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2015 [1977].

INCÊNDIOS e pandemia: checamos discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU de 2020. **AFP Brasil**, 2020. Disponível em: <https://checamos.afp.com/incendios-e-pandemia-checamos-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu-de-2020>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MAINGUENEAU, D. A análise do discurso e suas fronteiras. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007.



LIMA, L. C. de A.; LIMA, I. C. C. O neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: a “bolsonarização” como produção de sentido e mobilização de afetos. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, n. 28, p. 325–50, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47284/2359-2419.2020.28.325350> . Acesso em: 19 nov. 2020.

LUPION, B. Como o auxílio emergencial pode impactar a popularidade de Bolsonaro. **Deutsche Welle**, 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3cowZ>. Acesso em: 19 nov. 2020.

LUIZ, T. C. Desinformação viralizada: o falseamento da realidade durante a pandemia de coronavírus. Disponível em: https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/3c92db2a-d74b-4771-a2bf-505c8b7e5e59/artigo_completo.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Capitalismo-socialismo-e-democracia-Joseph-A.-Schumpeter.pdf>>. Acesso em: 19/11/2020

SILVA, A. L.; ANGRISANO, R. M. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. **Entre palavras**, v. 7, n. 1, p. 571, 2017.

SOLANO, E. **Crise da Democracia e extremismos de direita**. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

RIBEIRO, A. *et al.* O que é e o que não é fato no discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU. **Aos Fatos**, 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/o-que-e-e-o-que-nao-e-fato-no->

discurso-de-bolsonaro-na-abertura-da-assembleia-geral-da-onu/. Acesso em: 19 nov. 2020.

VOIGT, L.; MONSMA, K. O papel do medo na História: a heterofobia e a paranoia coletiva na produção da violência racista. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.14, n.1, p. 100-22, 2020.

ANEXO I

“Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe;

Chefes de Estado, de governo e de delegação;

Senhoras e senhores,

É uma honra abrir esta assembleia com os representantes de nações soberanas, num momento em que o mundo necessita da verdade para superar seus desafios.

A Covid-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

Desde o princípio, alertei, em meu país, que tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o país.

Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população.



Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior:

- Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente US\$ 1 mil para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;

- Destinou mais de US\$ 100 bilhões para ações de saúde, socorro a pequenas e microempresas, assim como compensou a perda de arrecadação dos estados e municípios;

- Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à covid;

- Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença;

- Destinou US\$ 400 milhões para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

Não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes de covid.

A pandemia deixa a grande lição de que não podemos depender apenas de umas poucas nações para produção de insumos e meios essenciais para nossa sobrevivência. Somente o insumo da produção de hidroxiquina sofreu um reajuste de 500% no início da pandemia. Nesta linha, o Brasil está aberto para o desenvolvimento de tecnologia de ponta e inovação, a exemplo da indústria 4.0, da inteligência artificial, nanotecnologia e da tecnologia 5G, com quaisquer parceiros que respeitem nossa soberania, prezem pela liberdade e pela proteção de dados.



No Brasil, apesar da crise mundial, a produção rural não parou. O homem do campo trabalhou como nunca, produziu, como sempre, alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas.

O Brasil contribuiu para que o mundo continuasse alimentado.

Nossos caminhoneiros, marítimos, portuários e aeroviários mantiveram ativo todo o fluxo logístico para distribuição interna e exportação.

Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.

Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.

Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.

Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono.

Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura. Números que nenhum outro país possui.

O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos.

E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.





Estamos abertos para o mundo naquilo que melhor temos para oferecer, nossos produtos do campo. Nunca exportamos tanto. O mundo cada vez mais depende do Brasil para se alimentar.

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas.

Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.

Lembro que a região amazônica é maior que toda a Europa Ocidental. Daí a dificuldade em combater, não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria. Por isso, estamos ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas.

O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição.

A nossa preocupação com o meio ambiente vai além das nossas florestas. Nosso Programa Nacional de Combate ao Lixo no Mar, um dos primeiros a serem lançados no mundo, cria uma estratégia para os nossos 8,5 mil quilômetros de costa.

Nessa linha, o Brasil se esforçou na COP25 em Madri para regulamentar os artigos do Acordo de Paris que permitiriam o estabelecimento efetivo



do mercado de carbono internacional. Infelizmente, fomos vencidos pelo protecionismo.

Em 2019, o Brasil foi vítima de um criminoso derramamento de óleo venezuelano, vendido sem controle, acarretando severos danos ao meio ambiente e sérios prejuízos nas atividades de pesca e turismo.

O Brasil considera importante respeitar a liberdade de navegação estabelecida na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Entretanto, as regras de proteção ambiental devem ser respeitadas e os crimes devem ser apurados com agilidade, para que agressões como a ocorrida contra o Brasil não venham a atingir outros países.

Não é só na preservação ambiental que o país se destaca. No campo humanitário e dos direitos humanos, o Brasil vem sendo referência internacional pelo compromisso e pela dedicação no apoio prestado aos refugiados venezuelanos, que chegam ao Brasil a partir da fronteira no estado de Roraima.

A Operação Acolhida, encabeçada pelo Ministério da Defesa, recebeu quase 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana.

Com a participação de mais de 4 mil militares, a Força Tarefa Logística-Humanitária busca acolher, abrigar e interiorizar as famílias que chegam à fronteira.

Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos. Neste momento em que a organização





completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade a esses ideais. A paz não pode estar dissociada da segurança.

A cooperação entre os povos não pode estar dissociada da liberdade. O Brasil tem os princípios da paz, cooperação e prevalência dos direitos humanos inscritos em sua própria Constituição, e tradicionalmente contribui, na prática, para a consecução desses objetivos.

O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo.

O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual.

Seguimos comprometidos com a conclusão dos acordos comerciais firmados entre o Mercosul e a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio. Esses acordos possuem importantes cláusulas que reforçam nossos compromissos com a proteção ambiental.

Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação.

Reafirmo nosso apoio à reforma da Organização Mundial do Comércio que deve prover disciplinas adaptadas às novas realidades internacionais.

Estamos igualmente próximos do início do processo oficial de acesso do Brasil à OCDE. Por isso, já adotamos as práticas mundiais mais elevadas em todas as áreas, desde a regulação financeira até os domínios da segurança digital e da proteção ambiental.



No meu primeiro ano de governo, concluímos a reforma da Previdência e, recentemente, apresentamos ao Congresso Nacional duas novas reformas: a do sistema tributário e a administrativa.

Novos marcos regulatórios em setores-chave, como o saneamento e o gás natural, também estão sendo implementados. Eles atrairão novos investimentos, estimularão a economia e gerarão renda e emprego.

O Brasil foi, em 2019, o quarto maior destino de investimentos diretos em todo o mundo. E, no primeiro semestre de 2020, apesar da pandemia, verificamos um aumento do ingresso de investimentos, em comparação com o mesmo período do ano passado. Isso comprova a confiança do mundo em nosso governo.

O Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul-atlânticos, revitalizar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

O Brasil está preocupado e repudia o terrorismo em todo o mundo.

Na América Latina, continuamos trabalhando pela preservação e promoção da ordem democrática como base de sustentação indispensável para o progresso econômico que desejamos.

A liberdade é o bem maior da humanidade.

Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.

Também quero reafirmar minha solidariedade e apoio ao povo do Líbano pelas recentes adversidades sofridas.

Creemos que o momento é propício para trabalharmos pela abertura de novos horizontes, muito mais otimistas para o futuro do Oriente Médio.





Os acordos de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, e entre Israel e o Bahrein, três países amigos do Brasil, com os quais ampliamos imensamente nossas relações durante o meu governo, constitui excelente notícia.

O Brasil saúda também o Plano de Paz e Prosperidade lançado pelo Presidente Donald Trump, com uma visão promissora para, após mais de sete décadas de esforços, retomar o caminho da tão desejada solução do conflito israelense-palestino.

A nova política do Brasil de aproximação simultânea a Israel e aos países árabes converge com essas iniciativas, que finalmente acendem uma luz de esperança para aquela região.

O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base.

Deus abençoe a todos!

E o meu muito obrigado!”

